



MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Setor Esportivo Sul – Trecho 2 – Lote 22 – Edifício Tancredo Neves – Portaria 3 – 1º andar

CEP: 70.200-002 - Brasília/DF

Telefones: (61) 3313-7390 - Fax: (61) 3327.7464

ANEXO Nº 06

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ASSESSORIA ESPECIAL PARA OS ASSUNTOS DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS

Aconteceu em Brasília, nos dias 09 e 10 de dezembro, a 2ª reunião do Fórum Nacional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. Composto por representantes tanto da sociedade civil, quanto dos Ministérios, os participantes fizeram um balanço das atividades desenvolvidas, no sentido de pactuar as prioridades para 2016. À luz da análise de conjuntura realizada pela Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência, Aparecida Gonçalves, as mulheres debateram a cerca do atual momento político.

Fizeram ainda, um balanço do funcionamento das Unidades Móveis nos Estados, bem como da participação das mulheres nos Fóruns Estaduais, instrumento este, responsável pelo monitoramento e planejamento das ações das Unidades Móveis junto às comunidades rurais. Foi pactuado um esforço conjunto entre governo e movimentos sociais para a construção das Diretrizes de funcionamento das Unidades Móveis, a serem apresentadas no próximo ano.

A avaliação das presentes à respeito das Unidades Móveis é de reconhecimento de sua importância e dos avanços obtidos, ressaltando, porém, a necessidade de se ampliarem os mecanismos de gestão e controle, além do estreitamento de relações dos gestores estaduais com os movimentos sociais, no sentido de facilitar o diálogo e planejar ações que de fato cheguem às comunidades rurais, interiorizando as políticas e serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas.

No levantamento apresentado, levando em consideração as informações disponibilizadas pelas gestoras estaduais, movimentos sociais e demais parceiros, entre 2013-2015, cerca de 475 municípios foram visitados, prestando mais de 38 mil atendimentos, sejam através da realização de oficinas informativas, palestras sobre a Lei Maria da Penha, acesso à direitos, distribuição de materiais, serviços de assistência social, assessoria jurídica, saúde, dentre outros.

Com as contribuições das representantes dos movimentos sociais, foi possível identificar os principais desafios e dificuldades no tocante a implementação da política, além de explicitar os Fóruns Estaduais e Unidades Móveis em funcionamento, ou não, e avaliar

sua efetividade. As Oficinas “Margaridas em Marcha no enfrentamento à violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas”, realizadas entre 2014-2015, através do convênio entre SPM e CONTAG, foram essenciais para esclarecer as mulheres sobre o papel dos Fóruns Estaduais, e sobre a importância de participarem e incidirem diretamente nas ações e comunidades rurais a serem visitadas pelas Unidades Móveis.

Durante a reunião do Fórum, foi apresentada às participantes a proposta de implementação das Patrulhas Maria da Penha Rural, demanda estas, dos movimentos de mulheres da Marcha das Margaridas. Essa ação, de parceria entre a SPM e o Ministério da Justiça, integra o Pacto Nacional de Redução de Homicídios, onde num âmbito de 81 municípios prioritários, será direcionado inicialmente, para atender aqueles de maior área rural e de altos índices de violência contra as mulheres. Importante salientar que a existência de Delegacias Especializadas e de Organismos de Políticas para as Mulheres nestes municípios fortalecerá as ações das Patrulhas Rurais.

Foi apresentado também, o primeiro esboço do Programa de Formação de Promotoras Legais Populares Rurais - PLP, que auxiliarão sobremaneira nas ações das Patrulhas Maria da Penha e das Unidades Móveis nas comunidades rurais. A meta do governo é formar 10 mil PLPs em 4 anos. A formação de PLPs também foi reivindicada na Marcha das Margaridas.

No dia 11 de dezembro, e dando continuidade às discussões sobre a implementação das Patrulhas Maria da Penha Rurais e as Promotoras legais Populares, foi realizada reunião do GT Interministerial, criado para este fim, pela portaria de 12 de agosto de 2015. Neste espaço foi possível a troca de experiências de profissionais que já atuam nas áreas rurais, seja através das Unidades Móveis, seja através da prestação de serviços de assistência social e saúde das famílias nas comunidades, ou pelo CRAS e CREAS. Importante salientar também, a experiência já adquirida pela segurança pública que atua nas Patrulhas Maria da Penha Urbanas, nos estados da Bahia, São Paulo e Pará. Através destas contribuições espera-se construir da forma mais integrada possível o esboço das Patrulhas Rurais a serem implementadas até 2017/2018.

Brasília, 15 de dezembro de 2015.